



Demonstrações Financeiras

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, submetemos à apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas, apresentadas na forma da Legislação Societária, bem como das normas e instrumentos provenientes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

DAS OPERAÇÕES

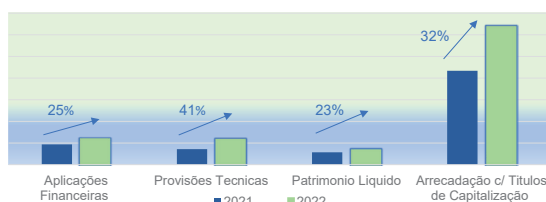
O ano 2022, foi marcado pela reestruturação e reorganização da VIA CAPITALIZAÇÃO S.A., de acordo com os novos princípios e paradigmas idealizados pela gestão atual. Foram reformulados, na sua totalidade, seus processos de gestão e de tecnologia, na qual o foco é no crescimento e desenvolvimento de seus produtos com intuito de entregar ao mercado uma Companhia muito mais eficiente, totalmente digital, bem como uma nova assinatura e identidade visual.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

A Via Capitalização S.A. apresentou em 2022 um lucro líquido de R\$ 3.457mil. O desempenho títulos de capitalização atingiu o montante de R\$ 128.076mil, já a variação da provisão matemática para resgate totalizou R\$ 57.377mil e o resultado com sorteios chegou a R\$ 50.379mil.

As provisões técnicas totalizaram R\$ 24.369mil, onde contamos com R\$ 24.949mil de recursos garantidores, o que demonstra a capacidade da empresa para garantir suas reservas.

O gráfico abaixo demonstra, de forma clara, que a Cia teve um crescimento vertiginoso no exercício de 2022, somente ajustando processos da antiga administração e realinhado o planejamento estratégico.

**MARCA E DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A Via Capitalização S.A., é a nova denominação social e marca da antiga "APLUB Capitalização S.A.". Esta mudança faz parte do plano estratégico que a Capitalização traçou a partir da entrada da nova matriz societária e da nova administração.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na Via Capitalização S.A., a Coordenação de Controles Internos e Conformidade, responsável pelo SCI, está subordinada à Diretoria de Fiscalização e Controle, segregada das demais unidades. A EGR é subordinada indiretamente à Diretoria de Fiscalização e Controle e a funções de gestão de riscos é realizada pela Controladoria. A Via Capitalização S.A. adota as melhores práticas de governança corporativa, com o objetivo de preservar seu valor e assegurar seu crescimento, baseado na ética para a realização de seus negócios.

Em busca pela constante evolução de seu ambiente de controle, os administradores investem constantemente em tecnologia, no aprimoramento de seus processos internos e na qualificação de seu quadro de colaboradores, provendo assim os recursos necessários à identificação e respostas adequadas aos riscos, considerando a complexidade de suas operações.

Os aspectos relacionados à gestão de riscos, controles internos e conformidade regulatória estão presentes na rotina da companhia, de modo a refletir a responsabilidade corporativa como premissa da administração na condução de suas operações, tendo em vista a continuidade e sustentabilidade dos negócios.

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

A Via Capitalização S.A., promove periodicamente a atualização de todos os níveis de colaboradores, visando capacitá-los, de acordo com as determinações da Lei 9.613 de 1998, alterada pela Lei nº 12.683 de 2012 e Circular SUSEP nº 612/2020. Esta atualização insere as rotinas operacionais e faz parte integrante do Sistema de Controles Internos da Companhia.

CAPITAL MÍNIMO – RESOLUÇÃO CNSP Nº 432/2021

O Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, em 12 de novembro de 2021 editou a Resolução CNSP nº 432, que dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capitais de risco, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, planos de regularização, limite de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria aplicáveis a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores.

A Via Capitalização, declara que possui Patrimônio Líquido compatível para atender a referida disposição legal.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Em atenção à Circular SUSEP nº 648/2021, declaramos que a Via Capitalização S.A. possui capacidade financeira compatível com as suas operações e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Companhia tem por objetivo, para o próximo exercício, de ampliar seu Market share no mercado de capitalização, aumentando a visibilidade da marca e por consequência gerando performance financeira aos seus acionistas, sempre de forma sustentável e responsável. Por fim, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

A direção.

Balanços Patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021 (Reapresentado)
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		39.145	3.614
Disponível		706	251
Caixa e Bancos	3a	706	251
Aplicações Financeiras	5	24.949	96
Créditos das Operações de Capitalização	6	6.187	1.497
Créditos com operações de Capitalização		18.323	13.622
(-) Redução ao Valor recuperável		(12.136)	(12.128)
Outros Créditos Operacionais		-	3
Títulos de Créditos a Receber		6.998	1.597
Títulos de Créditos a Receber	7	1.853	96
Créditos Tributários e Previdenciários	8a	1.419	125
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	3.661	803
Outros Créditos	7	65	573
Outros Valores e Bens	3c	261	132
Despesas Antecipadas		44	41
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.504	23.499
Realizável a Longo Prazo		1.671	20.446
Aplicações	5	-	18.629
Títulos e Créditos a Receber		619	1.817
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	619	1.817
Outros Valores e Bens	3c	1.052	-
Investimentos	10a	2.496	2.589
Imóveis Urbanos Não Destinados ao Uso Próprio		2.484	2.577
Outros Investimentos		12	12
Imobilizado	10b	1.235	223
Bens Móveis		1.235	223
Intangível	10b	102	241
TOTAL DO ATIVO		44.649	27.113

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanços Patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
PASSIVO			(Reapresentado)
CIRCULANTE		28.741	15.714
Contas a Pagar	11	2.013	1.011
Obrigações a Pagar		562	412
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1.168	184
Encargos Trabalhistas		199	213
Imposto e Contribuições		83	201
Outras Contas a Pagar		1	1
Débitos com operações de Capitalização		723	-
Depósitos de Terceiros	12b	1.375	376
Provisões Técnicas - Capitalização	13b	24.369	14.327
Provisão para Resgates		18.660	11.016
Provisão para Sorteio		5.664	3.266
Provisão Administrativa		45	45
Outros Débitos	3c	261	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.052	-
Débitos Diversos	3c	1.052	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	14.856	11.399
Capital Social		19.993	19.993
Reservas de Reavaliação		12	12
Prejuízos Acumulados		(5.149)	(8.606)
TOTAL DO PASSIVO		44.649	27.113

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2022	2021 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO		70.699	50.207
Arrecadação com Títulos de Capitalização		128.076	86.771
Variação da Provisão para Resgate		(57.377)	(36.564)
Variação das Provisões Técnicas	13c	-	(30)
Resultado com Sorteio	13c	(50.379)	(36.692)
Custo de Aquisição	15a	(15.772)	(12.605)
Custo de Aquisição		(15.772)	(12.605)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	15b	3.584	11.361
Outras Receitas Operacionais		3.704	8.497
Outras Despesas Operacionais		(120)	2.864
Despesas Administrativas	15c	(6.441)	(6.702)
Despesas com Tributos	15d	(1.275)	(1.281)
Despesas com Tributos		(1.275)	(1.281)
Resultado Financeiro	15e	2.897	573
Receitas Financeiras		3.826	1.126
Despesas Financeiras		(928)	(554)
Resultado Patrimonial	15f	(141)	(135)
Despesas c/ Imóveis de Renda		(141)	(135)
Resultado Operacional		3.173	4.697
Ganhos e Perdas c/Atividade não Corr.		-	202
Resultado Antes dos Impostos e Participações		3.173	4.899
Impostos de Renda	21	(528)	(160)
Contribuição Social	21	(355)	(151)
Ativo fiscal diferido	8d	1.301	-
Participações s/ o lucro		(133)	(187)
Lucro Líquido do Exercício		3.457	4.402
(/) Quantidade de Ações		2.085.532	2.085.532
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação		1,66	1,87

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021 (Reapresentado)
Resultado Líquido do Período	3.457	4.402
Realização p/ Depreciação Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	3
Resultado Abrangente do Período	3.457	4.405

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

	Capital social	Reservas Reavaliação	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.000	231	(5.592)	14.639
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(7.635)	(7.635)
Aumento/Redução de Capital	(7)	-	-	(7)
Resultado Líquido do Período (Reapresentado)	-	-	4.402	4.402
Proposta para Destinação do Resultado	-	(219)	219	-
Reservas para contingências	-	(3)	3	-
Reservas de Lucros a Realizar	-	(216)	216	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	19.993	12	(8.606)	11.399
Resultado Líquido do Período	-	-	3.457	3.457
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19.993	12	(5.149)	14.856

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
	(Reapresentado)	
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	3.457	4.402
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	408	115
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	-	15.708
Ajustes de Exercícios Anteriores	503	(7.635)
Outros Ajustes	(150)	(715)
Variações nas contas patrimoniais	(1.622)	(14.071)
Ativos financeiros	(6.224)	9.161
Créditos das operações de capitalização	(4.875)	(6.882)
Créditos fiscais e previdenciários	6	395
Ativo Fiscal Diferido	(1.301)	-
Depósitos judiciais e fiscais	(1.660)	869
Despesas antecipadas	(3)	32
Outros ativos	(87)	(856)
Impostos e Contribuições	621	244
Outras contas a pagar	150	(1.507)
Débitos de operações com capitalização	725	-
Depósitos de terceiros	999	75
Provisões técnicas - capitalização	10.041	(11.327)
Provisões Judiciais	-	(4.274)
Outros Passivos	(14)	-
Caixa gerado/(consumido) pelas Operações	2.596	(2.196)
Impostos sobre o Lucro pagos	(952)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades Operacionais	1.644	(2.196)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(1.082)	(30)
Intangível	(107)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	(1.189)	(30)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Redução do Capital Social	-	(7)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de Financiamento	-	(7)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de caixa	455	(2.233)
Caixa e Equivalente de caixa no início do período	251	2.485
Caixa e Equivalente de caixa no final do período	706	251

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto Operacional

A Via Capitalização S.A., (antiga denominação da APLUB Capitalização) Companhia, controlada pela HEALTHPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Carlos Gomes, nº 222, conj. 901, Bairro Auxiliadora, na Cidade de Porto Alegre - RS, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em 07 de junho de 1996, para atuar na área de capitalização, bem como participar em outras empresas. A sociedade atua no segmento de capitalização nas seguintes modalidades: Tradicional, Instrumento de Garantia, Popular, Incentivo e Filantropia Premiável em todo o território Nacional.

Informamos que, em 20 de julho de 2021, a APLUB CAPITALIZAÇÃO S/A foi arrematada pela A HEALTHPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, e na Carta de Arrematação nº 10013727600 foi consignado que: "Os débitos oriundos de tributos sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, conforme dispõe o art. 130 do CTN e art. 141, I e II da Lei 11.101/05. O arrematante receberá o bem desonerado de quaisquer ônus até a data da realização da hasta pública". Em 8 de dezembro de 2021, por meio do despacho proferido pela Dra. Juíza, nos autos do processo nº 5061910-80.2020.8.21.0001, foi determinado o fim do regime especial de intervenção imposto a sociedade por decorrência da sua ex-controladora, uma vez que não se justificava mais o referido regime, e a realização dos ajustes contábeis com transferência dos passivos e ativos de difícil liquidez à promitente vendedora, nos limites do capital adquirido no certame acima mencionado. No dia 16 de dezembro de 2021, a SUSEP registrou e processou a transferência do controle acionário e da ingerência efetiva nos negócios de APLUB CAPITALIZAÇÃO S/A para HEALTHPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.

Em 31 de dezembro de 2021, foi publicada a Portaria SUSEP nº 7.906 que determinou o encerramento do regime especial de intervenção. Em 2022 e a meta foi entregar ao mercado uma Companhia muito mais eficiente, totalmente digital, bem como uma nova assinatura e identidade visual. Buscamos práticas sustentáveis, forte cultura de inovação e tecnologia. Ao que refere novas ações e produtos, a nova Companhia se prepara para atuar diretamente na comercialização de seus títulos ao consumidor final, criando assim uma cadeia produtiva totalmente integrada de ponta a ponta. A VIA Capitalização ressurge totalmente independente, o que permitirá sua atuação por meio de agentes não disponíveis aos métodos tradicionais, com foco na parceria com empresas do setor promocional, sociedades financeiras e equiparadas, na comercialização dos títulos de capitalização. A HEALTHPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, possui 100% do capital social da Companhia, as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria em 20/02/2023.

Em 10 de setembro de 2020, foi emitida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) a Resolução nº 388 com entrada em vigor em 1º de outubro de 2020 e que iniciaram seus efeitos a partir de 4 de janeiro de 2021, onde o objetivo foi estabelecer a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Com base na referida resolução, as supervisionadas foram classificadas em uma de quatro categorias: Segmento 1 (S1); Segmento 2 (S2); Segmento 3 (S3); ou Segmento 4 (S4). A classificação tem como base critérios os prêmios anuais, provisões técnicas e perfil de risco. Em julho de 2021, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulgou o enquadramento definitivo atualizado para fins de segmentação e a Sociedade se manteve enquadrada no Segmento 3 (S3).

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações.

b) Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

c) Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 21 (R1) e instruções do órgão regulador. Para o balanço patrimonial, utilizam-se informações constantes no período imediatamente precedente (31 de dezembro de 2021).

d) Continuidade

A administração avaliou as operações da Companhia e concluiu que a mesma possui recursos suficientes para operar. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

e) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$) e todas as informações estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e/ou passivos monetários, denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço.

f) Reapresentação dos saldos do exercício anterior

De acordo com o pronunciamento técnico CPC-23 - Políticas, mudanças de estimativas e retificação de erros, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo reapresentadas devido à retificação de erros de apresentação, referente a ajustes no grupo das contas do ativo imobilizado, depósito bloqueado reconhecido indevidamente, receitas com operação de capitalização não reconhecidas no exercício de competência e retificação das provisões para IRPJ e CSLL calculada a maior em 2021.

Os ajustes estão demonstrados da seguinte forma:

Demonstração do Balanço Patrimonial

Créditos das operações da capitalização

Outros créditos

Bens móveis

Impostos e contribuições

Demonstração do resultado do exercício

Lucro líquido do período

Ganhos e Perdas c/Atividade não Correntes

Despesas Administrativas

Outras Receitas Operacionais

Provisão de IRPJ e CSLL

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Patrimônio Líquido

Demonstração do fluxo de caixa

Lucro Líquido do Período

Outros ajustes

Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentação
1.312	186	1.497
610	(38)	572
114	109	223
447	(246)	201
Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentação
3.899	503	4.402
93	109	202
6.664	(38)	(6.702)
8.311	186	8.497
556	246	(310)
Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentação
10.896	503	11.399
Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentação
3.899	503	4.402
212	503	715

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas

A administração da Sociedade está acompanhando as atualizações e avaliando às novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, porém não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis. Normativos SUSEP, normas e interpretações contábeis ainda não adotadas em 2022: CPC 48 (IFRS 9) - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros.

As principais alterações que o CPC 48 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. O normativo será aplicado quando referendado pela SUSEP, e os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração. As principais práticas adotadas na elaboração, bem como das estabelecidas por resoluções do CNSP e Circulares da SUSEP, merecem destaques:

a) Caixa e equivalente de caixa - Disponível

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Inclui caixa, saldo positivo em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis cujo vencimento das operações seja igual ou inferior a 90 dias, entre a data da aquisição e o vencimento sendo um risco muito pequeno de mudança de seu valor de mercado e que não afetam a vinculação com os ativos garantidores.

b) Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda;
- e Recebíveis.

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

i. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. Recebíveis: Os recebíveis da Companhia compreendem os créditos das operações de capitalização e demais contas a receber.

v. Determinação do valor justo: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços divulgados. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

vi. Redução ao valor recuperável (ativo financeiro): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor podem incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável dos créditos das operações de capitalização é realizada para créditos vencidos a mais de 60 dias. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

vii. Passivos financeiros: Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições, outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

viii. Benefícios a empregados: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. A Capitalização, disponibiliza os benefícios aos empregados exigidos pelo acordo coletivo, como ticket refeição e alimentação, auxílio creche/babá, vale-transporte e plano de assistência médica.

ix. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular SUSEP nº 648/2021, sendo classificados nas seguintes categorias:

• Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quanto da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial. Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada e Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação. A Companhia possui processos contingentes em andamento em 31 de dezembro de 2022, sendo consideradas as probabilidades de perdas remotas.

xi. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais por meio das quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

xii. Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os custos de comercialização e provisões técnicas, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos, conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. No que diz respeito ao reconhecimento pela Prescrição das Exigibilidades de Resgate e Sorteio, a sociedade adota o critério de reconhecimento da receita a cada revisão de processo, respeitando sempre às disposições previstas no Código Civil, aplicável a capitalização, na qual estabelece o prazo mínimo de 5 (anos) anos, contados do término de vigência do título, para pagamento de valores de resgates, ou do sorteio, para pagamento de premiações.

c) Outros valores e bens: Na data de início do contrato, a Via avalia se este contrato transfere o direito de uso para controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação ou não, e assim o qualifica como um arrendamento. No início do arrendamento, um direito de uso de um ativo identificado é registrado. Para o registro inicial é necessário o reconhecimento relacionado ao direito de usar o ativo identificado (o valor da mensuração inicial do passivo do arrendamento, quaisquer pagamentos do arrendamento feitos em ou antes da data de início menos quaisquer incentivos de locação recebidos, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo locatário para restaurar o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento), contra e para os passivos de arrendamento (pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; pagamentos de arrendamento variáveis vinculados a que dependem de um índice ou uma taxa, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário sob garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra se o locatário está razoavelmente certo de exercer essa opção e do pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pelo arrendatário de terminar o arrendamento). As despesas de depreciação do ativo com direito de uso são reconhecidas separadamente e calculadas linearmente pelo prazo do arrendamento.

d) Resultado por ação: O Pronunciamento Técnico (CPC 41) estabelece princípios para a determinação e a apresentação do resultado por ação, a fim de melhorar as comparações de desempenho entre diferentes companhias (sociedades por ações) no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Mesmo que os dados do resultado por ação tenham limitações por causa das diferentes políticas contábeis que podem ser usadas para determinar resultados, um denominador determinado consistentemente melhora os relatórios financeiros.

4. Gestão de Risco e Controles Internos

4.1 Gestão de Riscos

Quanto à gestão dos riscos, foi implementado de acordo com a Política do Sistema de Controles Internos - SCI, Conformidade e Estrutura da Gestão de Riscos - EGR e mapeados os riscos nas seguintes atividades:

Apetite por Risco

O apetite por risco está conceituado como o quadro global de atuação sobre a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da VIACAP, associadas, diretamente ao plano de negócios, ou indiretamente, por categoria do risco, às bases técnicas utilizadas para cálculo das quotas e provisões técnicas. O apetite por risco da VIACAP é médio/moderado. Os principais riscos associados, em nível global, por categoria de riscos e de forma quantitativa e qualitativa são: Riscos de Subscrição, de crédito, de mercado e operacional; Riscos de Liquidez e Riscos de Continuidade dos Negócios.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Riscos de Subscrição

A subscrição de riscos tem por objetivo manter o equilíbrio técnico, financeiro e atuarial dos planos, bem como garantir a lucratividade e zelar pela boa imagem da VIACAP. A qualidade do processo de subscrição é essencial para que a VIACAP cresça de forma sustentável ao longo do tempo.

Riscos de Crédito: O Risco de Crédito está atrelado à possibilidade de que contrapartes deixem de honrar compromissos de pagamento previamente assumidos, surgindo quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais.

Riscos de Mercado ou de Investimentos

O Risco de Mercado, por sua vez, caracteriza-se como potencial perda em uma carteira de negócios ou investimentos, decorrente de oscilações em variáveis econômicas e financeiras, e depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado.

Riscos Operacionais

O Risco Operacional é o risco atrelado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Contemplam os riscos de fraude e lavagem de dinheiro.

Riscos de Liquidez

A possibilidade de não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

Risco de Continuidade dos Negócios

Adoção de Plano de continuidade operacional, que traz as ações a serem adotadas durante a ocorrência de desastres, no que diz respeito a sua à continuidade operacional, na ocorrência de incidentes ou crises e busca prover meios para manter o funcionamento dos principais serviços da VIACAP, assim como a continuidade das operações.

Riscos Cibernéticos

Pode surgir de dentro ou de fora da VIACAP, de forma acidental ou proposital, relacionado a vulnerabilidade dos sistemas, que podem ser humanas, técnicas, de mídia, de comunicação, dentre outras e o seu impacto pode gerar perdas operacionais; na eficiência dos processos; perdas financeiras; prejuízos à imagem e possibilidade de responsabilização legal.

4.2 Ambiente de Controles Internos

O ambiente de controles internos está composto de todos os manuais de produtos, instruções normativas, processos, organização e políticas corporativas da VIACAP. A Coordenação de Controles Internos e Conformidade está subordinada à Diretoria de Fiscalização e Controle, segregada das demais unidades. O processo de controles internos e monitoramento se utiliza de todos os instrumentos normativos publicados (instruções de trabalho, normas, manuais, políticas, dentre outros), sobretudo, o Código de Ética e Conduta, tendo como atividades obrigatórias regulamentares a elaboração de relatórios com descrição das atividades e resultados, conclusões, recomendações e o monitoramento das ações corretivas necessárias.

Durante a implementação do SCI e EGR, estão sendo revistas as Matrizes Risco existentes, além do acompanhamento e revisão com periodicidade anual dos principais processos: subscrição; sorteios e resgates de títulos de capitalização; tesouraria e investimentos; recursos humanos e jurídicos, assim como, revisão das políticas, normas corporativas, instruções de trabalho, manuais, regulamentos, códigos e quaisquer outros instrumentos necessários ao alcance dos objetivos estratégicos da VIACAP. Até 31 de dezembro de 2022, foram revistas as Instruções de Trabalhos de todos os setores da VIACAP; revisão do Código de Ética e Conduta; Política de Prevenção a Fraudes à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo; Política Anticorrupção; Política de Remuneração dos Executivos e dos Profissionais Envolvidos na Gestão de Riscos; Política de Segurança da Informação; Política de Proteção dos Dados Pessoais e Política de Continuidade do Negócio.

5. Aplicações Financeiras

a) Aplicações financeiras por vencimento

mostramos abaixo a composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Informamos ainda, que não existem títulos dados em garantias de outras operações.

dez/22						
Valor de Mercado						
	Taxa	Sem	Até	Acima		
	Contratada	Vencimento	365 dias	de 365 dias	Valor Total	Saldo Contábil
Titulos para venda						
Vinculados à Cobertura de Reservas						
Títulos Públicos - LFT	Pré	-	-	17.385	17.385	17.385
Fundos de Investimentos	Selic	7.564	-	-	7.564	7.564
TOTAIS		7.564	-	17.385	24.949	24.949
dez/21						
Valor de Mercado						
	Taxa	Sem	Até	Acima		
	Contratada	Vencimento	365 dias	de 365 dias	Valor Total	Saldo Contábil
Titulos para venda						
Vinculados à Cobertura de Reservas						
Títulos Públicos - LFT	Pré	-	18.629	-	18.629	18.629
Fundos de Investimentos	Selic	1	-	-	1	1
CDB	Pré	-	95	-	95	95
TOTAIS		1	18.724	-	18.725	18.725

Para o valor de mercado utilizamos como base as tabelas de referência do mercado secundário da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e Tesouro Nacional. No que se refere a títulos públicos estão custodiados junto a SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. O Fundo XP Reserva Técnica fundo de Investimento Renda Fixa - FIRF é um fundo voltado para sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência privada complementar e resseguradores locais. Sua carteira é composta por títulos públicos, em 31 de dezembro de 2022 a posição era de 100% em LFT's com vencimentos variados. Este fundo é mantido com o propósito de negociação.

b) Hierarquia do valor justo: A tabela abaixo demonstra instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação por níveis. Nível 1 - Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2 - Outras informações que não sejam os preços cotados em mercados de ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para ativos e passivos, seja direta ou indiretamente. Nível 3 - Os dados para o ativo e passivo não se baseiam em dados observáveis de mercado. A companhia não possui operações com aplicações financeiras cuja classificação se enquadra nos níveis 2 e 3 em 31/12/2022.

Descrição	Dez/22		Dez/21	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Títulos para venda				
Títulos Públicos - LFT	17.385	17.385	18.629	18.629
Fundos de Investimentos	7.564	7.564	1	1
CDB	-	-	95	95
Total da Carteira	24.949	24.949	18.725	18.725

c) Movimentação das Aplicações Financeiras:

Aplicação	31/12/2021	% por aplicação	Aplicação	Resgate	Rendimento	31/12/2022	% por aplicação
Títulos Públicos - LFT	18.629	99%	16.777	(19.986)	1.965	17.385	70%
Fundos de Investimentos - 100% LFT	1	0%	39.955	(33.105)	713	7.564	30%
CDB	95	1%	-	(103)	8	-	0%
TOTAIS	18.725	100%	56.732	(53.194)	2.686	24.949	100%

d) Instrumentos financeiros derivativos

A empresa optou pela não aquisição de operações de "swap", ou outros instrumentos financeiros derivativos no ano de 2022.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

e) Títulos e valores mobiliários: A empresa, não possui Títulos de Valores Mobiliários avaliados pela curva em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

f) Agente custodiante: Com o intuito de melhoria contínua e maximizar o retorno financeiro sobre os ativos garantidores, a Via Capitalização S/A, realizou a contratação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. como administradora e custodiante a partir de maio de 2021.

6. Créditos das Operações de Capitalização

Os créditos das operações de capitalização estão classificados no ativo circulante aguardando os recursos a serem ingressados pelas Instituições parceiras, cujos vencimentos não ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes. São registrados os valores de títulos de capitalização a receber, durante o período de comercialização. A Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, considera como provisão os títulos vencidos a mais de 60 dias, referindo-se como uma redução ao valor recuperável.

			2022	2021
				(Reapresentado)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES			6.187	1.497
Títulos de Capitalização - PU			18.314	13.610
Títulos de Capitalização - PM			9	12
(-) Redução ao valor recuperável			(12.136)	(12.128)
Outros créditos operacionais			-	3
AGING - Créditos c/ operações de Capitalização			2022	2021
Vencidos entre 01 e 30 dias			6.187	1.497
Total			6.187	1.497
AGING - PDD			2022	2021
Vencidos acima de 365 dias			12.136	12.128
Total			12.136	12.128
dez/22	2021	movimentações	movimentações	2022
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	12.128	67	(59)	12.136
TOTAL	12.128	67	(59)	12.136
dez/21	2020	movimentações	movimentações	2021
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	12.128	-	-	12.128
TOTAL	12.128	-	-	12.128

7. Títulos de Créditos a receber

O saldo de Créditos a Receber está composto como segue:

	2021	Constituição	Baixa	2022
Créditos a receber C.P.	6.204	1.828	(12)	8.020
Redução ao valor recuperável	(6.108)	(59)	-	(6.167)
TOTAL	96	1.769	(12)	1.835

O valor mais expressivo nesse grupo de contas é de R\$ 1.835 mil em 2022, referente a valores que estão sendo direcionados para a "massa falida" do Grupo Aplub, já que a VIA Capitalização S.A., empresa arrematada não poderá responder por qualquer dívida deixada pelas empresas que compunham o Grupo Aplub, inclusive as ações judiciais, motivo pelo qual os processos em tramitação deverão ser redirecionados para a massa falida da APLUB.

Destaca-se, ainda, que resta designada Audiência de Conciliação para março de 2023, junto ao juízo universal da falência que tratará dentre outros assuntos deste valor R\$ 1.835mil, registrado na Contabilidade.

	2021	Constituição	Baixa	2022
Massa falida - Grupo Aplub	18	1.817	-	1.835
TOTAL	18	1.817	-	1.835

Abaixo o detalhamento de outros créditos a receber:

	2022	2021
		(Reapresentado)
Saldos bloqueados	58	507
Adto Férias	7	11
Adto salário	-	55
TOTAL	65	573

8. Créditos Tributários e Previdenciários

a) Abaixo está o detalhamento dos créditos tributários bem como a movimentação do período compreendido entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022:

			2022	2021
IR a compensar			92	124
IRPJ Diferido			793	-
CSLL a compensar			26	-
CSLL Diferido			508	-
PIS a compensar			-	1
TOTAL			1.419	125
	2021	Constituições	Baixas	2022
IR a compensar	124	251	(283)	92
IRPJ Diferido	-	2.162	(1.369)	793
CSLL a compensar	-	86	(60)	26
CSLL Diferido	-	1.357	(849)	508
PIS a compensar	1	-	(1)	-
TOTAL	125	3.856	(2.562)	1.419

b) Em 31 de dezembro de 2022 a Via Capitalização S.A. reconheceu em seu ativo, o imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 1.690 mil (R\$ 0 em 2021), sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores (2019), no valor de (R\$ 4.123 mil).

Tal montante refere-se a expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis dentro dos próximos 05 exercícios sociais. Durante este exercício de 2022 foram realizados R\$ 390 dos créditos fiscais reconhecidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

DESCRIÇÃO/ANO PROJETADO	2023	2024	2025	2026
RESULTADO PROJETADO	2.990	4.032	5.518	7.139
(+) Adições	90	121	166	214
RESULTADO TRIBUTÁVEL PROJETADO	3.080	4.152	5.683	7.353
(-) Compens. Prej. acumulados 30%	924	1.246	1.705	2.206
(=) Base de Cálculo dos Trib. s/ Lucro	2.156	2.907	3.978	5.147
Tributos diferidos s/ o lucro: IR e CS				
	25% IR	311	426	552
	15% CS	139	256	331
Despesa Tributária	370	498	682	882

c) Acompanhamento da utilização dos créditos tributários

ACOMPANHAMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS						
	Constituição	Utilização	Utilização	Utilização	Utilização	SALDO
	2022	2022	2023	2024	2025	
IRPJ	1.031	(238)	(231)	(311)	(251)	-
CSLL	660	(152)	(139)	(187)	(182)	-

d) Descrição das ações administrativas que contribuirão para a realização futura do ativo fiscal diferido

Para lastrear a utilização dos créditos fiscais gerados em anos anteriores, a Via Capitalização S/A elaborou seu orçamento no período compreendido de 2023 a 2026 levando em consideração as métricas de crescimento e projetos de expansão estabelecidos pela alta administração, também foram considerados os principais indicadores econômicos projetados para o período, abaixo destacamos alguns pontos relevantes.

Faturamento – alinhado as premissas de crescimento estabelecidas pela companhia e respeitando a sazonalidade de vendas anuais estima-se um crescimento médio na casa de 15p.p.

Provisões para Resgate / Provisões para Sorteio e Custo de Aquisição – estas contas estão diretamente relacionadas ao faturamento, ou seja, seguem as mesmas premissas de crescimento.

Despesas Administrativas – dimensionadas de acordo com os projetos de expansão da empresa e alinhadas com os principais indicadores econômicos.

Resultado Financeiro – lastreado pela geração de caixa e alinhado com a política de investimentos definida pela companhia, estima-se um crescimento médio na casa de 15p.p. para o período entre 2023 e 2026.

9. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais estão compostos da seguinte forma:

Depósitos Judiciais - C.P.

	2022	2021
Cíveis	21	3
Trabalhistas	3.640	800
Total	3.661	803

Depósitos Judiciais - L.P.

	2022	2021
Cíveis	180	239
Trabalhistas	439	1.578
Total	619	1.817

10. Investimentos e Imobilizado

Os investimentos e o ativo imobilizado estão contabilizados ao custo de aquisição e a depreciação e amortização são calculadas pelo método pró-rata die, conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil.

a) Detalhamento dos Investimentos:

INVESTIMENTOS	2022	2021
Terrenos Urbanos	416	416
Edificações Urbanas	3.182	3.182
Reavaliação	155	155
(-) Depreciação	(1.269)	(1.176)
Outros Investimentos	12	12
TOTAL	2.496	2.589

b) Detalhamento do Imobilizado:

dez/22						
IMOBILIZADO	2021	Aquisição	Ajuste	Baixa	Depreciação	2022
Informática	-	201	204	-	(41)	364
Móveis, máquinas e utensílios	111	389	(32)	(41)	(41)	386
Refrigeração	3	2	1	-	(2)	4
Equipamentos - Outros	-	3	-	-	(0)	3
Outras imobilizações	-	327	-	-	(5)	322
Veículos	-	160	-	(4)	-	156
Total	114	1.082	173	(45)	(89)	1.235
INTANGÍVEL	2021	Aquisição	Ajuste	Baixa	Depreciação	2022
Softwares	241	107	-	(168)	(78)	102
Total	241	107	-	(168)	(78)	102

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

11. Obrigações a Pagar

	2022	2021 (Reapresentado)
a) Obrigações a Pagar	562	412
Participações no Lucro a Pagar	152	187
Honorários a Pagar	176	88
Outras Contas a Pagar	234	137
b) Impostos e Encargos Sociais	1.168	184
Imposto de Renda Retido na Fonte de Funcionários	40	25
Imposto de Renda Retido de Terceiros	1.027	65
Imposto Sobre Serviço Retido	-	1
Contribuição Previdenciária	60	56
Contribuição para o FGTS	13	10
Outros Impostos e Encargos Sociais	28	27
c) Encargos Trabalhistas	199	213
Férias a Pagar	147	162
Encargos Sociais a Recolher	52	51
d) Impostos e Contribuições	83	201
IRPJ	-	67
CSLL	-	94
COFINS	71	35
PIS	12	5
e) Outras contas a pagar	1	1
TOTAL CONTAS A PAGAR	2.013	1.011

12. Depósitos de terceiros

a) AGING - Depósitos de terceiros

Esta rubrica contempla valores recebidos de terceiros oriundos de operações de capitalização, como segue:

2022	Depósitos de terceiros	Outros depósitos	Total	2021	Depósitos de terceiros	Outros depósitos	Total
De 01 a 30 dias	-	-	-	De 01 a 30 dias	236	-	236
De 31 a 60 dias	500	-	500	De 31 a 60 dias	-	-	-
De 61 a 120 dias	-	-	-	De 61 a 120 dias	30	-	30
De 121 a 180 dias	100	-	100	De 121 a 180 dias	110	-	110
De 181 a 365 dias	764	11	775	De 181 a 365 dias	-	-	-
TOTAL	1.364	11	1.375	TOTAL	376	-	376

b) Movimentação depósitos de terceiros

dez/22	2021	Depósitos	Baixas	2022
DISTRIBUIDORES/PARCEIROS	376	2.244	1.245	1.375
dez/21	2020	Depósitos	Baixas	2021
DISTRIBUIDORES/PARCEIROS	300	3.963	3.887	376

13. Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações constantes da Resolução CNSP nº 432/2021 e da Circular SUSEP nº 648/21 ambas considerando suas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros, fórmulas e valores são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), as quais são calculadas pelo Atuário Responsável Técnico e fiscalizadas pela SUSEP. Em relação às datas base de dezembro, são devidamente auditadas pela Auditoria Atuarial Independente. Estão assim resumidas

• Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A Provisão Matemática para Capitalização é constituída para a cobertura dos valores garantidos pela tabela de resgate, com base na parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial, representam o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteios e de carregamento.

• Provisão para Resgate (PR)

A Provisão para Resgate é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, atualizada monetariamente conforme previsão contratual. Esta provisão contempla tanto os títulos vencidos quanto os títulos antecipados e representam os valores ainda não pagos até a data-base das Demonstrações Financeiras.

• Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A Provisão para Sorteios a Realizar é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

• Provisão Complementar de Sorteios (PCS)

A Provisão Complementar de Sorteios é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. Ressalte-se que a PCS não abrange os valores relativos à variabilidade dos sorteios. Esses montantes, os quais eram abrangidos pela Provisão de Contingências (que, de acordo com os normativos atuais, foi extinta), não devem ser considerados como provisão técnica, mas sim no cálculo do capital de risco de subscrição das sociedades de capitalização.

• Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)

A Provisão para Sorteios a Pagar é constituída a partir da data de realização do sorteio, atualizada monetariamente entre a data do sorteio e data da efetiva liquidação financeira.

• Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A Provisão para Despesas Administrativas é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

• Prescrição de títulos

A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 (cinco) anos. Porém, por questões estratégicas, a Sociedade poderá conceder prorrogação de prazo maior. No exercício corrente, foram revertidas provisões com resgates e sorteios prescritos, no montante de R\$ 2.273 mil, em outras receitas e despesas operacionais. Na qual já tinham ultrapassado o prazo mínimo de 5 (cinco) anos. (Detalhados na nota explicativa nº 15 b).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

a) Cobertura das Provisões Técnicas:

	2022	2021
Ativos garantidores		
Títulos de Renda Fixa Públicos		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	17.385	18.629
XP - Fundo de Investimento	7.563	-
ITAÚ - Fundo de Investimento	1	1
CDB	-	95
i) Ativos totais	24.949	18.725
ii) Provisões Técnicas - Total a ser coberto	24.369	14.327
iii) Suficiência de ativos oferecidos em cobertura de Provisões Técnicas	580	4.398
Taxa de Cobertura em % (i) / (ii)	102,38%	130,70%

b) Detalhamento das Provisões Técnicas:

	2021	Constituição	Reversões	Juros/ Atualizações	Sort./Resg. Prescritos	Pagamentos	2022	%
PMC/PRA/PRV	11.016	57.379	(2)	589	(1.521)	(48.801)	18.660	76,57%
PSP	3.266	68.730	(18.336)	76	(752)	(47.320)	5.664	23,24%
PCS	-	32.056	(32.056)	-	-	-	-	0,00%
PDA	45	-	-	-	-	-	45	0,18%
TOTAL	14.327	158.165	(50.394)	665	(2.273)	(96.121)	24.369	100,00%

c) Detalhamento das variações com provisões técnicas:

	2022	2021
Variação das provisões técnicas	-	(30)
Reversão da prov. p/ compl. de sorteios	32.056	21.363
Constituição da prov. p/ compl. de sorteios	(32.056)	(21.347)
Provisão p/ despesa administrativa	-	(46)
Resultado com sorteios	(50.379)	(36.692)
Variação das provisões p/ sorteio	(3)	7
Reversão da prov. p/ sorteios	18.335	15.371
Constituição da prov. p/ sorteios	(18.338)	(15.364)
Despesas com títulos sorteados	(50.376)	(36.699)

14. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas, como determina a IN da RFB nº 1.911 de 11/10/2019. As despesas de PIS e COFINS são registradas na rubrica despesa com tributos. Estão elencados na tabela do item 15 letra "d".

15. Detalhamento das contas da Demonstração de Resultado

	2022	2021
a) Custo de Aquisição	(15.772)	(12.605)
Despesas de corretagem	(8.999)	(77)
Despesas com Impressos e Mat. de vendas	(5.027)	(2.483)
Despesas com Proces. de dados	(285)	(9.442)
Despesas com Publicidade e Propaganda	(925)	(421)
Outras Despesas	(6)	(76)
Outros custos de aquisição	(530)	(106)
b) Outras Receitas e Despesas Operacionais	3.584	11.361
Receita com resgate de título	-	8
Receita com Prescrição - Resgates	1.521	3.414
Receita com Prescrição - Sorteio	752	848
* Outras receitas c/ operações de capitalização	1.431	4.227
Outras despesas operacionais	(120)	2.864
c) Despesas Administrativas	(6.441)	(6.702)
Despesas com pessoal	(3.415)	(3.947)
Despesas com serviços de terceiros	(1.916)	(2.302)
Despesas com localização e funcionamento	(903)	(250)
Despesas Publicidade e Propaganda	(11)	(37)
Despesas com Publicações	(54)	(4)
Despesas com donativos e contribuições	(57)	(53)
Outras despesas administrativas	(85)	(109)
d) Despesas com Tributos	(1.275)	(1.281)
PIS	(164)	(142)
COFINS	(1.010)	(871)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(101)	(268)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021 (Reapresentado)
e) Receita e Despesas Financeiras	2.897	573
Títulos de Renda Fixa – Privados	720	193
Títulos de Renda Fixa – Públicos	1.964	747
Títulos de renda variável	4	2
Outras Receitas Financeiras	1.137	185
- Créditos tributários	22	109
- Juros Ativos	62	-
- Atualização monetária de clientes	889	-
- Rec. c/ Desp. Jud. e Fiscais	-	1
- Outras Receitas	164	75
Despesas Financeiras	(928)	(554)
f) Receitas e Despesas Patrimoniais	(141)	(135)
Despesas com Imóveis Destinados à Renda ou Venda	(141)	(135)

*Refere-se a negociações com parceiros, previstas nos contratos de prestação de serviços para distribuição de títulos de capitalização.

16. Contingências

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Conforme entendimento dos nossos assessores jurídicos, a Via Capitalização não possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 19.993 (Dezenove milhões novecentos e noventa e três mil), está representado por 2.085.532 (Dois milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país.

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendos obrigatórios não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a legislação societária.

c) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira (5%) do lucro líquido do exercício, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para futuros aumentos de capital social.

d) Lucros

A Reserva de Lucros é constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, tem como objetivo o reforço do Patrimônio Líquido da Companhia e a sua constituição está prevista no Estatuto Social.

18. Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado, exigência de capital e adequação de capital

A Resolução CNSP nº 432/21, estabelece que as sociedades de capitalização deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e do Capital Mínimo Requerido – CMR, este composto do Capital do Risco de Crédito, Capital do Risco de Subscrição, Capital do Risco Operacional e do Capital do Risco de Mercado, e observando o modelo de requerimento de capital mínimo regulatório para o segmento, a Companhia divulga o seu parâmetro de CMR calculado para a data-base 31 de dezembro de 2022, bem como seus indicadores de solvência. O respectivo CMR para funcionamento das sociedades de capitalização, refere-se ao capital total que a Companhia deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base (montante fixo de capital conforme suas regiões de atuação) e o capital de risco (montante variável de capital para garantia dos riscos inerentes à operação).

No caso da Via Capitalização S.A., o maior valor refere-se ao capital base, equivalente a R\$ 10.800 mil, podendo operar em todo o território nacional.

A seguir são demonstrados os valores do Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido, conforme determinações do órgão regulador, cujos indicadores de solvência, nesta respectiva data base de 31 de dezembro de 2022, demonstraram que a Companhia manteve seus níveis de capital e demais parâmetros acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

	2022	2021
Patrimônio Líquido	14.856	10.896
Ajustes contábeis	(1.451)	(287)
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e 3	(865)	(957)
Patrimônio Líquido Ajustado	12.541	9.652
Capital Base	10.800	10.800
Capital de Risco	2.399	857
Capital do risco de subscrição	730	495
Capital do risco de crédito	1.345	241
Capital do risco operacional	554	198
Capital do risco de mercado	72	30
Benefício da diversificação	(302)	(107)
Capital Mínimo Requerido	10.800	10.800
(R\$) Suficiência de capital	1.741	(1.148)
(%) Suficiência de capital	16%	-11%
Ativos Totais	24.949	18.725
Provisões Técnicas - Total a ser coberto	24.369	14.327
Suficiência de ativos/Provisões Técnicas	580	4.398
PLA de nível 1	10.921	10.609
PLA de nível 2	-	-
PLA de nível 3	2.485	2.577

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados como segue:

	Ativo		Passivo		Despesa	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
NovoDente S.A.	-	-	27	-	-	-
Remuneração pessoal-chave Administração	-	-	-	-	60	-

A natureza das transações com partes relacionadas é venda de títulos de capitalização modalidade incentivo e remuneração a alta administração. Conforme determina o Estatuto Social, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo.

20. Outras informações

Conforme legislação em vigor, Sociedades Seguradoras, entidade de Previdência e Sociedades de Capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

21. Imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

Os impostos correntes e diferidos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil) anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 16% (2022) e 20% (2021) para as sociedades de Capitalização. Conforme determinou a Medida Provisória determina a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 16% (dezesseis por cento), no caso de pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

Descrição	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e após Participações	4.311	4.311	4.642	4.642
Adições:				
Desp. não Dedutíveis	130	130	385	385
Exclusões:				
(-) Receitas Não Tributáveis	(1.272)	(1.272)	(4.274)	(4.274)
(=) Base de cálculo do IRPJ e CSLL antes Prej. Fiscal	3.170	3.170	753	753
(-) Compensação de Prejuízo fiscal 30%	(951)	(951)	-	-
(=) Base de cálculo do IRPJ e CSLL após comp. Prej. Fiscal 30%	2.219	2.219	753	753
Parcela Isenta	240	-	240	-
Imposto de renda	15%	-	15%	-
Adicional do IR	10%	-	10%	-
Contribuição social	-	16%	-	20%
IRPJ e CSLL Corrente	531	355	164	151
Deduções Incentivos PAT	(3)	-	(4)	-
Total de IRPJ e CSLL Corrente	528	355	160	151
IRPJ e CSLL Diferido 41%	238	152	-	-
TOTAL IRPJ e CSLL DEVIDOS	765	507	160	151

22. Outros valores e bens

A empresa possui direito de uso de arrendamento adquirido por meio do contrato de aluguel do prédio comercial onde estão localizadas as operações da empresa. O ativo de uso mencionado refere-se à locação cujo contrato foi iniciado em agosto de 2022 e possui validade até julho de 2027. Vale ressaltar que a taxa real utilizada para a apuração do valor presente do arrendamento é de 5,45% a.a.

23. Eventos subsequentes

A Via Capitalização S.A. avaliou os eventos subsequentes até 20 de fevereiro de 2023. Em janeiro de 2023, houve um desbloqueio judicial trabalhista no valor de R\$ 2.191 mil.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2023.

THIAGO ASSUMPTÃO HENRIQUES -
DIRETOR
CPF 080.500.526-99

THIAGO REUS ROZA LOPES ESTEVEM
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF 818.299.900-63

ELAINE RODRIGUES SIMÕES
Contadora
CRCRS 055250/O-3

WALTER DE VARGAS
Atuário
MIBA nº 3161

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Via Capitalização S.A.** Porto Alegre – RS

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Via Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da administração: A Administração da Via Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Via Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Via Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Via Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Via Capitalização S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros de Capitalização e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023



Grant Thornton

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.

CNPJ nº 33.950.548/0001-51

CIBA nº 161

Elmo Henrique de Moraes

Atuário MIBA 2040

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos: Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Via Capitalização S.A. (anteriormente denominada APLUB Capitalização S.A.) Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da Via Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da seção "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião com ressalva. Saldos iniciais: Fomos contratados como auditores da Companhia para data-base 31 de dezembro de 2022, todavia não obtivemos evidências suficientes e apropriadas para corroborar a existência, valorização e competência dos saldos da demonstração do resultado, bem como, a apresentação e divulgação de informações por segmentos em conformidade com a estrutura de relatório financeiro, conforme previsto na NBC TA 510 (R1) – Trabalhos Iniciais - Saldos Iniciais. Também não nos foi possível por meios de outros procedimentos persuasivos de auditoria, concluir quanto a razoabilidade dos saldos de abertura da rubrica de prejuízos acumulados, bem como avaliar qual o impacto, se houver, nos resultados apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da retificação de erros nas rubricas (i) crédito das operações de capitalização; (ii) outros créditos; (iii) bens móveis; e (iv) contribuições descritos na nota explicativa nº 02, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor, que emitiu relatório de auditoria com ressalvas, datado em 23 de fevereiro de 2022, acerca dos seguintes assuntos (i) Depósitos Judiciais apresentados a mais no montante de R\$1.232mil; (ii) Superavaliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$188 mil e R\$57 mil, respectivamente; e (iii) Ausência de resposta de circularização de Bancos. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 02, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.


Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer

Contador CRC 1SP-260.164/O-4

 Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1



Via Capitalização S/A

*Av. Carlos Gomes, 222, Conj. 901
Porto Alegre/RS - 90480-000*

*Telefone: (51) 3303 3851
DDG: 0800 740 7819*

sac@viacap.com.br

www.viacap.com.br

